

AUTISMO: DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COMO APOIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Ivânio Exaltação de Oliveira¹

José Aparecido de Oliveira²

Rafael Correia de Oliveira³

RESUMO

O presente trabalho visa descobrir quais os desafios encontrados pelos profissionais que atuam como apoio pedagógico na rede estadual de ensino com alunos autistas. Tendo como objetivos, conhecer os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam como professor de apoio pedagógico em escola pública estadual do ensino fundamental I, Conhecer as características pertinentes dos alunos que possuem autismo; verificar quais são as principais estratégias de ensino utilizado pelos professores de apoio para o desenvolvimento do aluno autista em sala de aula; identificar os principais desafios que o professor de apoio encontra no trabalho com o aluno autista.

Os docentes que atuam como apoio escolar possui pouca habilidade, reflexo da falta de capacitação para atuar com as crianças com necessidades especiais. A falta de interação da família, que muitas vezes não entende a Síndrome, o que não contribui para o avanço da criança é um dos principais desafios enfrentados pelos docentes que atuam como apoio escolar.

INTRODUÇÃO:

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Quando falamos sobre a inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, devemos pensar também no professor, pois este deve estar preparado para receber os alunos com deficiência, sem fazer distinção, comparação ou até a exclusão dos mesmos.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

² Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

³ Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS.

O termo Autismo é de origem grega que significa “próprio” ou de “de si mesmo”, e é utilizado para denominar comportamentos humanos voltados para o próprio indivíduo. Praça (2011) elucida que a criança com autismo,

(...) permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele. (PRAÇA, 2011, p. 25).

Mello (2004) caracteriza a tríade de dificuldades que seriam as manifestações comuns causadas pelo autismo, são elas:

- Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos. (MELLO,2004, p.114).

Dentro desta perspectiva, o desafio de proporcionar um ambiente inclusivo e uma proposta pedagógica que atenda da necessidade deste aluno é grande, fato é que a questão autismo ainda é muito discutida, porém, está firmado por muitos que nenhum autista é igual ao outro, eles possuem diferenças.

Esclarecendo isso, percebe-se que os sintomas e intensidades podem ser diferentes, para a inclusão aconteça de fato, o professor precisa continuar se capacitando, e buscar o apoio pedagógico para uma melhor inserção deste aluno, dando-lhe as melhores condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com Lopez (2011),

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, e mais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo. (LOPEZ,2011, p. 16).

Além de inserir a criança com TEA na sala de aula, é preciso garantir a sua permanência em sala de aula, sendo que a criança com autismo pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar

conflitos. Outra dificuldade é a questão da socialização. A escola e todo corpo pedagógico precisam se estruturar e promover métodos que atenda às necessidades desse aluno.

Algumas vezes as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem.

A lei Berenice Piana, lei 12. 764 de 28 de dezembro de 2012, garante ao aluno com TEA.

(...) o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) reafirmando o direito à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em todo o território nacional, bem como, a receber os apoios necessários para o atendimento às necessidades específicas individualizadas ao longo de toda a trajetória escolar. (BRASIL, lei 12. 764 de 28 de dezembro de 2012)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) teve sua descoberta há pouco tempo na história das psicopatologias do desenvolvimento. Inicialmente foi considerado pelo psicanalista Bruno Bettelheim, como uma doença relacional, com o foco do problema na relação diática, mãe bebê, originando a expressão “mãe geladeira”, e sua causa associada a fatores ambientais. Porém, na atualidade, considera-se o autismo como de ordem multifatorial, com etiologias variadas e de origem neurológica (MOREIRA, 2005).

Cunha (2012), aponta que Kanner apropria-se do termo autismo pelo psiquiatra suíço Bleuler, empregado pela primeira vez em 1911, cuja finalidade era descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia.

Para Cunha (2012,), “o termo ‘autismo’ deriva do grego ‘autos’, que significa ‘por si mesmo’ e, ‘ismo’, condição, tendência”. As crianças observadas pelo psiquiatra austríaco apresentavam as características de isolamento, igualmente demonstrada pelos esquizofrênicos, dando a impressão de que eles estavam presos em si mesmos. Porém, o diferencial era que no autismo esta condição já estava presente desde tenra idade.

Embora, Kanner, em seus artigos, não afirmasse a posição psicodinâmica como sendo a origem do autismo, levantou esta possibilidade, pois, as crianças

observadas não possuíam a capacidade inata para estabelecer contato afetivo e biologicamente previsto no desenvolvimento, sem estimulação, devido a esta condição, ressaltou a possibilidade delas não serem receptivas às personalidades dos pais, gerando a hipótese da etiologia deste transtorno ser de natureza psicodinâmica (BRASIL, 2013).

Silva (2012), salienta esta nova perspectiva sobre o autismo como sendo fatores originadores e de desenvolvimento, respaldados nas neurociências, o estudo tem demonstrado:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema. (p. 41).

Atualmente o DSM-V, adota o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), para se referir a este distúrbio do desenvolvimento, extinguindo o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). E passa a incorporar a síndrome de Asperger ao Espectro Autista. Outros transtornos do desenvolvimento que compunham o TGD, como a Síndrome de Rett, o Transtorno Global do Desenvolvimento não especificado e o transtorno degenerativo da infância, não fazem parte da categoria que corresponde ao grupo autista.

Para Gomes (2007) os problemas de comunicação englobam atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem, tais como: repetir palavras e frases (ecolalia); inverter os pronomes; dar respostas deslocadas do contexto da pergunta; não responder quando lhe é mostrado algo; não utilizar gesto ou utilizar muito pouco; apresentar fala monótona ou cantada (uso da prosódia); não compreender as nuances da língua como o sarcasmo ou provérbios. A linguagem escrita, falada e a não verbal, são constituídas por sinais que emitimos o tempo todo, pela fala, pelos gestos, pelas expressões corporais e faciais. As pessoas com autismo não possuem a capacidade de avaliar estas formas de comunicação. Por se tratar de um transtorno, os indivíduos com espectro autista, podem manifestar outros sintomas, como: Hiper e hipo atividade; Condutas impulsivas; Prestar pouca atenção; Agressividade; Autolesão; Birras; Apresentar hábitos estranhos ao comer ou dormir; Apresentar medo demasiado ou ausência de medo.

Estes sintomas podem ser apresentados mediante uma situação de estresse ou que cause desconforto. A resposta do autista a essas situações nem sempre é

exagerada, muito pelo contrário, ele pode manifestar uma resposta nula ou excessiva, frente a novas situações em sua rotina ou a estímulos sensoriais que lhe gerem incomodo. O diagnóstico é realizado baseando-se na tríade autista, ou seja, contempla as áreas da interação social, comunicação e comportamentos restritos.

Os familiares de indivíduos autistas são de grande importância para promover o desenvolvimento da comunicação, da interação social e do afeto, pois é o núcleo familiar que pode, juntamente com os profissionais capacitados, estimular e interagir de maneira adequada, tanto em casa como na escola, para que o indivíduo tenha bons resultados no seu desenvolvimento. Sendo assim, a família deve trabalhar junto ao filho autista em parceria com os educadores, focando-se no desenvolvimento adequado da criança.

O ALUNO COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR

A proposta de educação inclusiva (Tratado da Guatemala, 1991; Declaração de Salamanca, 1994) declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade-série. A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, a educação inclusiva deverá ser posta em prática numa escola inclusiva que busque ações que favoreçam a integração e a opção por práticas heterogêneas. Em 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu artigo (59) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que preconiza o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nas escolas regulares (BRASIL, 2008).

O autismo é uma condição que acompanha toda a vida e a educação é um pré-requisito para que a pessoa com autismo adquira competências para levar uma vida funcional e autônoma. Porém, para que ocorra um bom desenvolvimento, que permita a interação do sujeito ao seu meio ambiente social, é preciso que se realize

uma intervenção pedagógica que abranja, não apenas as necessidades básicas de convivência, mas que explore os limites do indivíduo a fim de ampliá-los.

Para (ROZEK, 2009) a educação inclusiva é marcada por leis e diretrizes que conduzem os educadores no seu exercício pedagógico a atuarem dentro das limitações características apresentadas pelos diferentes transtornos. Desta forma, o indivíduo com deficiência, passa a ser visto através de seu quadro diagnóstico e não enquanto indivíduo.

Para que a mediação educativa aconteça é preciso que o educador conheça os aspectos do transtorno, assim como os métodos e programas desenvolvidos para auxiliá-lo na educação da criança autista. O professor deve conhecer também as dinâmicas institucionais estabelecidas para que atue em consonância com elas.

De acordo com Valle e Maia (2010): A inclusão escolar consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, para que eles, uma vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania. O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem, é adaptar o currículo.

Estratégias Pedagógicas utilizadas pelo professor de apoio no ensino de alunos com autismo na sala de aula.

De acordo com (VALLE E MAIA, 2010) as adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possui a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planejadas as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender.

A flexibilização do currículo é uma forma de estabelecer o vínculo e cumplicidade entre pais e educadores, para que no espaço escolar, ocorra coesão de vontades entre educadores comuns e de AEE, direção escolar e família, na horizontalização das competências estabelecidas para educação do aluno com

autismo. Esta revolução estrutural acontece através do manejo do currículo, frente aos desafios enfrentados com a vinda da criança com autismo à escola regular.

A inclusão escolar tem como objetivo inserir, sem distinção, todas as crianças e adolescentes com variados graus de comprometimento social e cognitivo em ambientes escolares tradicionais, com intuito de diminuir o preconceito e estimular a socialização das pessoas com desenvolvimento atípico para que desfrutem dos espaços e ambientes comunitários. Contudo, o professor que se depara com tal demanda, tem a obrigação de educá-la, em um ambiente onde já esteja estabelecida uma metodologia de ensino específica, criada para um padrão de aluno.

Portanto, ao se deparar com a criança com autismo e com o cenário que ela compõe, levanta-se a hipótese de que os professores possam não estar aptos para suprir as necessidades expressas pelo aluno com autismo, suas próprias dificuldades a fim de supri-las frente a este desafio. Ciente do Decreto nº 6.094/2007 que regulamente e delimita o trabalho do professor em prol da inclusão e do desenvolvimento da criança, a realidade institucional, emocional, e a expressa pelo aluno com autismo, pode apresentar uma realidade distante daquelas que as leis determinam para promover a educação do aluno com autismo. Portanto, faz-se necessário averiguar se os professores estão aptos a incluir tal demanda e educá-las adequadamente.

De acordo com Paulon, Freitas, e Pinho (2005, p. 9):

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la.

Diante das afirmações do autor, acredita-se que o professor para estar apto para receber a demanda de alunos com autismo, gerada pelo processo de inclusão na Rede Municipal de Ensino, deve receber formação específica teórica e prática, para lidar com as situações do dia-a-dia. Então, diante desta dimensão, ele poder gerir adequadamente a série de dificuldades enfrentadas na prática pedagógica com a criança com autismo.

Se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar um ambiente inclusivo. Contudo, não se deve “entender este ambiente Inclusivo somente em razão dos

recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas”. (CUNHA, 2012, p. 100). Ou seja, o educador deve estar preparado para manejar os recursos que dispõe a escola, sua sala de recurso e o conhecimento adquirido em capacitação, para realizar a educação do indivíduo de forma que ele atinja a meta estabelecida. Seu papel é estimular a criança para a formação do conhecimento. Para que a educação de crianças com o TEA tenha resultados proveitosos, faz-se necessário que a forma de ensinar seja preparada para lidar com a diversidade que há nas salas de aula a fim de acolher adequadamente as manifestações do transtorno. Cunha (2012, p. 100), reforça que “não podemos educar sem atentarmos para o aluno na sua individualidade, no seu papel social na conquista da sua autonomia”. A autonomia deve ser a diretriz do educador, porém, para que essa finalidade seja alcançada é preciso que o mundo para a criança autista seja sinalizado. E, que essa sinalização, atue como agente que permita a interação do sujeito no meio ambiente de forma adequada e condizente com uma interação de qualidade e representativa, possibilitando a troca entre o sujeito e o ambiente.

Desafios encontrados pelo professor de apoio no trabalho com aluno autista na escola.

A educação inclusiva é marcada por leis e diretrizes que conduzem os educadores no seu exercício pedagógico a atuarem dentro das limitações características apresentadas pelos diferentes transtornos. Desta forma, o indivíduo com deficiência, passa a ser visto através de seu quadro diagnóstico e não enquanto indivíduo (ROZEK, 2009).

O professorado encontra uma série de impedimentos para inserir métodos e programas que sejam necessários adequar à instituição escolar para educar a criança autista e promover o seu desenvolvimento. De acordo com Goffman (1974), os vínculos que unem o indivíduo a entidades de ensino trazem obrigações aos seus conveniados, tais como: trabalho a ser realizado; serviço a ser cumprido; tempo ou dinheiro gastos; além de exigir do mesmo que sinta-se participante; identificado e que desenvolva ligação emocional. Portanto, a participação institucional impõe compromisso e adesão. Para que a mediação educativa aconteça é preciso que o educador conheça os aspectos do transtorno, assim como os métodos e programas desenvolvidos para auxiliá-lo na educação da criança autista. O professor deve

conhecer também as dinâmicas institucionais estabelecidas para que atue em consonância com elas.

De acordo com Valle e Maia (2010):

A inclusão escolar consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, para que eles, um vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania (p. 17).

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem, é adaptar o currículo

Considerações finais

O professor regente pode não conseguir atender a todas as necessidades deste aluno e a citada lei acima do acompanhante especializado, (o professor de apoio), dá o suporte que pode dentro de uma parceria que favoreça o desenvolvimento deste aluno.

Esta parceria do professor de apoio com os demais profissionais da escola e família é essencial para que o profissional consiga alinhar as ações realizadas, compartilhar informações, aprender e elaborar métodos específicos para cada aluno. Buscando enxergar as potencialidades e promover oportunidades, humanizando o ensino e valorizando a singularidade e complexidade deste ambiente escolar, pois a deficiência não é algo intrínseco ao sujeito e sim uma construção social.

Referências:

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília: MEC, 2007

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GOMES, Édula Mara Fonseca. A importância do planejamento para o sucesso escolar. 2011, 13 p. (Especialização) – Universidade Federal de Tocantins.

LOPEZ, F. G. et al. As Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Públicas Federais (2003-2011). Boletim de Análise Político-Institucional. n.1. Brasília : Ipea, 2011.

MELO-SILVA, Lucy Leal; LASSANCE, Maria Célia Pacheco e SOARES, Dulce Helena Penna. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. Rev. bras. orientac. prof [online]. 2004, vol.5, n.2, pp. 31-52. ISSN 1984-7270.

Moreira, M.A. (2005) Aprendizaje significativa crítica. Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS.

PRAÇA, E. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. Dissertação Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.